

PATRIMÔNIO E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: APROXIMAÇÕES E POSSIBILIDADES DE PESQUISA

Zita Rosane Possamai

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Brasil



Resumo

Pretende-se, com este estudo, problematizar a noção de patrimônio, considerando-o como categoria dotada de historicidade que se altera ao longo do tempo. Centra-se no sentido preciso elaborado nas sociedades modernas e no contexto de formação dos estados nacionais, quando essa noção ganha contornos simbólicos e pedagógicos. Finalmente, verifica-se a pertinência de utilização dessa categoria para as investigações em história da educação a partir de três considerações: os patrimônios como documentos à disposição dos historiadores da educação, a história da educação em sua interface com a história, a história da educação em sua interface com a educação.

Palavras-chave: patrimônio, cultura material, educação patrimonial.

HERITAGE AND HISTORY OF EDUCATION: RESEARCH APPROACHES AND POSSIBILITIES

Abstract

This study intends to discuss the notion of heritage, considering it as a category endowed with history, changing its meaning over time. It focuses on the precise concept developed in modern societies and in the context of formation of national states, when the notion takes symbolic and educational shape. Eventually, it demonstrates the relevance of using this category for the investigations in the history of education, based on three considerations: the heritage as a document available to education historians, the history of education in its interface with history, and finally the history of education in its interface with education.

Key-words: heritage, material culture, heritage education.

PATRIMONIO Y HISTORIA DE LA EDUCACIÓN: ENFOQUES DE INVESTIGACIÓN Y POSIBILIDADES

Resumen

Este estudio se propone discutir la noción de patrimonio, considerándolo una categoría dotada de historia, que cambia su significado con el tiempo. Se centra en el concepto preciso elaborado en las sociedades modernas y en el contexto de formación de los estados nacionales, cuando la idea toma forma simbólica y educativa. Por último, verifica la pertinencia de utilizar esta categoría para las investigaciones en la historia de la educación, basado en tres consideraciones: los patrimonios como documentos a disposición de los historiadores de la educación, la historia de la educación en su interrelación con la historia y, finalmente, la historia de la educación en su interrelación con la educación.

Palabras-clave: patrimonio, cultura material, educación para el patrimonio.

PATRIMOINE ET HISTOIRE DE L'ÉDUCATION: POSSIBILITÉS DE RECHERCHE

Resumé

Le text analyse l'idée du patrimoine dans son historicité. Dans ce sens patrimoine change ses significations au cours du temps. Selon ce qu'on montrera cette concept peut être utilisé dans les recherches d'histoire de l'éducation, través trois considerations: le patrimoine comme document historique, l'histoire de l'éducation face à l'histoire et l'histoire de l'éducation face à l'éducation.

Mots-clé: patrimoine, culture matériel, education pour le patrimoine.

A noção de patrimônio é largamente utilizada nas sociedades complexas contemporâneas. Especialmente considerada como de domínio das políticas culturais públicas e de seus agentes especializados, configurados no campo do patrimônio (Bourdieu, 1996), é noção que se propaga em diversos contextos sociais. Situar historicamente a elaboração dessa noção implicada na construção e circulação de práticas e representações sociais contribui para pensar o patrimônio como objeto de investigação acadêmica e como campo de ação cultural.

A etimologia da palavra liga-se à ideia de herança. Designa-se, usualmente, patrimônio como o conjunto de bens de propriedade de uma família, de uma empresa, de uma instituição. Pressupõe cuidado com sua manutenção, guarda, aumento e aprimoramento com a finalidade de transmissão às futuras gerações. Provavelmente tomando essa acepção do termo, o antropólogo Reginaldo Gonçalves (2003) considera que patrimônio esteja presente em diversas sociedades, afinal a acumulação de objetos materiais é prática que perpassa tempos e espaços.

No entanto, é a partir da modernidade que a ideia conformou um sentido preciso de conservação de elementos do passado. É nesse contexto, ainda, que o termo surge na acepção que hoje é considerado. Diversos autores tentam explicar as motivações que

levam o homem moderno a criar lugares de memória (Nora, 1993) como forma de reter o tempo e estabelecer uma mediação entre passado e presente, sobretudo a partir do desaparecimento de formas tradicionais de construção das memórias.

François Hartog (2006) tenta refletir sobre a relação entre tempo e patrimônio, após a queda do muro de Berlim. Segundo o autor, vive-se um novo regime de historicidade, uma nova forma de relação com o tempo, configurada na preponderância do presente, o presentismo. Assim, o patrimônio seria expressão de uma valorização do passado a partir do presente; um presente onipresente obcecado por si mesmo e que não tem outro horizonte de perspectiva em função da crise do regime moderno de historicidade, calcado no futuro.

Segundo esses autores, vive-se em momento diferenciado a partir da modernidade em relação à necessidade de mediação com o passado, processo intensificado no final do século 20 com a chamada crise dos paradigmas. A crença moderna na possibilidade de um futuro promissor jogava as investidas para o porvir, enquanto hoje se vive uma mudança de mirada, na qual o presente não deixa o passado passar; o passado permanece (RICOEUR, 2007).

Françoise Choay (2001), tentando mapear a historicidade do patrimônio no âmbito das estruturas materiais edificadas, ressalta que os monumentos com função de evocação da memória foram erigidos pelas sociedades antigas e medievais. No entanto, esses monumentos guardavam relação direta com a memória de acontecimentos, feitos ou personagens e, nesse sentido, estavam submetidos à trama de produção e desaparecimento dessas memórias. Não à toa poderiam ser destruídos e suplantados por outros monumentos.

O surgimento da concepção de monumento histórico configura-se na modernidade e implica pensar que, diante de um rol de estruturas existentes, um determinado olhar especializado selecionará determinadas estruturas, atribuindo a elas certos valores.

Nessa perspectiva, marca-se uma característica importante para o surgimento de um preciso conceito de patrimônio histórico: a atribuição de valores. Patrimônio, necessariamente, está ligado à escolha, seleção, realizada historicamente por um olhar especializado. No caso da França, Dominique Poulot (1997) ressalta a preocupação dos iluministas, membros da Comissão dos Monumentos, instituída em 1790 pela Assembléia Nacional para recolher os livros, monumentos, documentos e objetos científicos, em propagar seu saber. Esses eruditos tentavam resguardar para a Nação os bens anteriormente pertencentes à Igreja, os quais são recolhidos para salvar o tesouro,

redigindo decretos que serão enviados aos departamentos regionais franceses instruindo como proceder para a conservação dos monumentos.

A experiência francesa demonstra o quanto à idéia de patrimônio foi construída historicamente e dependeu das negociações entre um olhar especializado, os sábios representantes das Luzes, e o poder político constituído. No âmbito político e jurídico, dessa forma, o patrimônio, na acepção francesa, dependeu de uma ação política do Estado no sentido de sua institucionalização.

Nesse sentido, além de seleção a partir de um olhar especializado, o patrimônio surge como ação política no contexto dos estados nacionais. Mais que isso, o patrimônio surge também como ação pedagógica do Estado, num contexto de construção das identidades nacionais. Dominique Poulot (1997) menciona a intenção da Comissão em criar, nos diferentes departamentos regionais do território da França, museus ou depósitos descentralizados que serviriam como estabelecimentos de instrução pública.

A propriedade dos bens, no entanto, seria da Nação, expressando-se a preocupação com criação de expedientes simbólicos da constituição imaginária da nacionalidade como importante meio pedagógico de ensinar as futuras gerações sobre a história nacional. Portanto, é importante conhecer como se opera esse processo em diferentes países, pois não se trata de uma conformação homogênea para todas as regiões.

Conforme Maria Alice Gouveia (1985), na Inglaterra, no século 19, além do Estado, foi relevante a atuação de agências privadas na preservação de edificações e lugares históricos. Nos Estados Unidos diversas associações privadas uniram segmentos da classe média alta branca em torno da preservação, como é exemplo Mount Vernon Ladies Association, mobilizada pela salvaguarda da residência de George Washington. Conforme esclarece a autora, nos Estados Unidos não se encontra a adoção de uma legislação única e abrangente como a francesa, o que aponta para o cuidado com generalizações na análise e mapeamento da configuração de patrimônio.

Se para o mundo ocidental não se pode estabelecer generalizações, que dirá da perspectiva do mundo oriental e africano, onde essa noção ocidental não encontra correspondente direto. Não é à toa que as culturas orientais e africanas, calcadas na oralidade, impuseram recentemente a relativização, pela Unesco, da noção ocidental materializada de patrimônio. Daí surgiu a noção ambígua e precária de patrimônio imaterial, com a finalidade precípua de contemplar os modos de vida, os saberes e fazeres, não necessariamente materializados em objetos, mas representados nos tesouros humanos vivos.

Dessa forma, o conhecimento dos processos históricos relativos ao patrimônio em diferentes países e regiões contribui para relativizar as representações e práticas muitas vezes naturalizadas em políticas patrimoniais públicas contemporâneas. Por outro lado, aponta que patrimônio como conjunto de práticas e representações altera-se ao longo do tempo, ganhando contornos diferenciados de um período histórico para outro.

Apesar dessas ressalvas, as balizas, seleção e atribuição de valores por um olhar especialista, ação política e ideológica do Estado, conformaram historicamente a representação de patrimônio como um conjunto determinado de bens que representam a Nação. Essa idéia não apenas tem fundamento na sua historicidade, como também continua presente nas políticas públicas patrimoniais em muitos contextos.

No caso brasileiro, a preocupação com a preservação do patrimônio no âmbito do Estado passa pela análise do Movimento Modernista e do Estado Novo (Fonseca, 1997). A identidade nacional era tema de pauta para os modernistas brasileiros, críticos da importação de valores estrangeiros e interessados na valorização dos aspectos considerados genuínos, de uma autêntica cultura brasileira. No contexto do Estado Novo, o Estado é reorganizado e torna-se imprescindível criar uma idéia de nação com a qual os indivíduos se identificassem. Nessa perspectiva, os intelectuais modernistas serão recrutados pelo Estado Novo e exercem, no seu interior, um duplo compromisso entre renovação e autoritarismo.

A elaboração do projeto de Mário de Andrade apontou para a diversidade dos patrimônios de diferentes grupos étnicos e regiões do Brasil, demonstrando o quanto seu olhar era inovador para o contexto. No entanto, a proposta que prevaleceu na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Sphan -, em 1937, configurou-se numa representação restrita da cultura nacional, vinculada “a fatos memoráveis da história do Brasil” e ao “excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Fonseca, 1997, p. 245).

Segundo Reginaldo Gonçalves (1996), a configuração do patrimônio no Brasil passa pelos debates entre narrativas que pretendem identificar e representar a cultura nacional. Disputa-se a representação mais autêntica da nacionalidade, uma vez que identidade, cultura e patrimônio são representados de forma objetificada. Nessa narrativa, a existência do patrimônio autentica a existência da Nação. Sua perda significa, assim, seu desaparecimento. É nesse contexto que ocorrem os tombamentos das edificações vinculadas aos primeiros séculos de colonização portuguesa, o denominado patrimônio de

pedra e cal, especialmente o Barroco, considerado pelos modernistas a autêntica cultura brasileira.

Segundo o autor, após a saída de Rodrigo Melo Franco de Andrade do Sphan, a narrativa altera-se com Aloísio Magalhães à frente dessa agência. Passa-se a ser considerada a noção de bens culturais e uma diversidade cultural mais ampla compondo a nacionalidade. A narrativa de Aloísio aproxima-se da proposta de Mário de Andrade no sentido de propor um olhar antropológico para a cultura. Essa não estaria objetificada nas edificações construídas pelos grupos dominantes da sociedade, mas se ramificaria em práticas, rituais, saberes e fazeres da cultura popular, concepção que se aproxima da recente denominação de patrimônio imaterial, levada a cabo pelas políticas patrimoniais brasileiras.

Assim, diferentes narrativas¹ disputam a elaboração de representações sobre o patrimônio. A representação mais comum é aquela que define patrimônio como um conjunto ou coleção de bens culturais dados *a priori*, herdados historicamente, e que cabe à sociedade preservar, celebrar e valorizar. O patrimônio tem o poder de tornar sensorialmente visível a Nação. Segundo Gonçalves,

a não problematização da categoria autenticidade desempenha um papel importante nessa estratégia retórica. A autenticidade do patrimônio nacional é identificada com a suposta existência da nação como uma unidade real, autônoma, dotada de uma identidade, caráter, memória, etc. Em outras palavras, a crença nacionalista na “realidade” da nação é retoricamente possibilitada pela crença na autenticidade do patrimônio. (1988, p. 268)

O patrimônio, nessa perspectiva substancialista, seria assunto de especialistas, cabendo à sociedade o papel de sacralização através dos ritos comemorativos. No entanto, a apropriação social (Canclini, 1994) desse patrimônio não é homogênea. Nem todos os bens considerados dignos de preservação pelos agentes do campo do patrimônio têm ressonância (Gonçalves, 2005) junto a determinados setores da população.

O contrário também ocorre, pois muitos bens culturais - como edificações, por exemplo - são preservados ao longo do tempo por instituições, associações ou empresas, sem a necessidade de proteção jurídica por agências de preservação do Estado. Historicamente, foi muito mais comum o Estado brasileiro legislar na preservação em

¹ Nestor Garcia Canclini em CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, p. 95-115, 1994, identifica três ordens discursivas em relação à preservação do patrimônio: tradicionalismo substancialista; mercantilista; conservacionista e monumentalista; participacionista.

situações de risco de desaparecimento dos bens culturais do que em situações que privilegiassem a apropriação ou ressonância junto a determinados grupos sociais.

Essas considerações ganham luz com as ponderações do antropólogo Nestor Garcia Canclini (1994, 1996), o qual afirma que, nas sociedades contemporâneas, a idéia de patrimônio vinculado à identidade nacional perdeu força. Segundo o autor, as identidades modernas territoriais e monolinguísticas, que tentaram homogeneizar a diversidade cultural sob o domínio do Estado, cedem lugar às identidades pós-modernas, caracterizadas como transterritoriais e multilinguísticas, operadas pela lógica dos mercados, pela produção da indústria cultural, pela comunicação tecnológica e pelo consumo diferenciado de bens.

Essas problemáticas colocam em pauta a necessidade de discussão do patrimônio, quer como categoria de análise acadêmica, quer como ação cultural no contexto contemporâneo, no qual a cidade, o bairro, os shoppingcenters - os não-lugares (Augé, 1994) - parecem substituir a Nação ou o Estado em termos de referências espaciais e identitárias.

A história da educação e o patrimônio

Seria pertinente pensar o conceito de patrimônio no âmbito das investigações em história da educação? Como gostam de dizer os antropólogos, é uma categoria boa para pensar em história da educação? Tentarei esboçar uma reflexão, nesse sentido, a partir de três considerações: os documentos à disposição dos historiadores da educação, a história da educação em sua interface com a história e, finalmente, a história da educação em sua interface com a educação.

As investigações em história da educação contam com um repertório de documentos históricos a pesquisar que tem ampliado consideravelmente as possibilidades de compreensão dos processos educativos na sociedade brasileira. A preponderância de investigações calcadas na documentação escrita ampliou-se nos últimos anos para a cultura material e também para a cultura visual. Nesse repertório específico encontram-se, muitas vezes, os bens culturais configurados estritamente como patrimônio histórico, seja nacional, regional ou municipal.

Os documentos mais notórios são as edificações escolares, que são investigadas por alguns historiadores da educação (Monarcha, 1997; Buffa, 2002; Bencosta, 2005; Quadros, 2003, 2005; Possamai, 2009). Esses estudos, no entanto, concentram-se em grande parte no contexto de construção das edificações escolares, trazendo grande

contribuição para o entendimento do lugar social da escola em espaços urbanos e rurais. Ainda são raros os estudos que tomam essas edificações como patrimônio configurado em contextos históricos mais recentes ou quando da efetivação de políticas patrimoniais no Brasil após o final dos anos 1930.

Muitas das edificações escolares, construídas no período republicano, ainda hoje estão em pleno funcionamento em diversas regiões brasileiras, muitas delas configuradas como patrimônio a partir de determinado período. Quais as motivações para essa conformação patrimonial? Quais os desejos de memória e os interesses envolvidos? Quais grupos participaram do processo? Quais os grupos aliados do processo? Quais as apropriações sociais e atuais desses patrimônios? Como se relacionam as políticas patrimoniais e as políticas educacionais? Esses bens encontram ressonância entre os envolvidos no processo educativo? Esses patrimônios constituem-se em mediadores com o passado e a memória?

Além da edificação, bem cultural de maior vulto, são inúmeras as instituições escolares que guardam acervos de diversos tipos: mobiliário, cadernos escolares, manuais e materiais didáticos, entre outros. Não raras vezes essas coisas materiais, escritas e visuais formam memoriais, acervos e museus escolares. A constituição desses espaços também tem uma historicidade que merece ser pesquisada, pois expressa a relação da escola e dos sujeitos envolvidos com o seu passado e com o passado da educação. Quem guardou e por que guardou? Quais os valores atribuídos para guardar esses objetos e não outros? Quais as apropriações dos sujeitos da escola com esses espaços?

Essas possibilidades apontam que o passado da educação ganha contornos de apropriação social diversa no presente, por isso a preservação de edificações e acervos escolares. Caberia transformar os usos, as construções e apropriações dessa memória em objeto de investigação da história da educação.

Pensar que a história da educação tem uma interface com a história implica pensar que o patrimônio da história da educação é uma construção histórica e social e não um conjunto determinado de bens culturais naturalizados como patrimônio de uma coletividade. Nesse sentido, à história da educação caberia propor problemáticas a esses bens culturais na perspectiva do conhecimento histórico.

Pelas características do *corpus* de pesquisa envolvido, notadamente a cultura material e a cultura visual, cumpre buscar referenciais teóricos e metodológicos capazes de propiciar análises interessantes e atualizadas. No caso da cultura material, não se trata

tão somente de fazer a história dos objetos investigados mas, conforme Ulpiano Bezerra de Meneses (1992), buscar a história nas coisas, pois o foco não são os objetos e sim a sociedade, as relações sociais que construíram a educação.

No caso da cultura visual, importa ultrapassar o caráter ilustrativo das imagens, considerando, por um lado, a imagem-artefato e seu circuito social de produção, circulação e consumo (Fabris, 1991) e, por outro, as relações entre as informações iconológicas e formais, que configuram determinadas visualidades (Meneses, 2005). Ainda pelas peculiaridades do objeto investigado, torna inevitável uma abordagem multidisciplinar que recorra a diversos campos do conhecimento no intuito de buscar informações que elucidem não apenas características morfológicas, técnicas, dados de fabricação, funções, materiais, usos, etc., mas apontem para abordagens mais sofisticadas epistemologicamente.

Finalmente, ao pensar a interface da história da educação com a educação, sugiro problematizar as diferentes apropriações sociais e culturais do patrimônio da educação brasileira. Uma tentativa de retirar o patrimônio do seu estatuto sacralizado, considerando-o produto e vetor de relações sociais. Nessa perspectiva, o patrimônio consagrado historicamente por grupos restritos da sociedade pode ganhar usos e significados para aqueles que seriam supostamente os maiores interessados: estudantes, professores, pais.

Pensar o patrimônio na perspectiva da história da educação, por outro lado, pode contribuir para reflexão sobre uma das formas de mediação com o passado representado nos patrimônios, no sentido proposto por Stephen Bann (1994), de diminuir a distância entre uma história crítica, exclusiva de poucos especialistas, e a moda dos ritos e espetáculos que acaba por devorar aspectos da memória social.

Problematizar o patrimônio da história da educação pressupõe, ainda, não adotar metodologias aparentemente inovadoras mas que, no entanto, reproduzem as representações substancialistas do patrimônio, considerando-o como pertencente a todos e a todos representando, sem considerar as diversas possibilidades de leitura que os atores sociais constroem no contato com esses bens culturais. Nas palavras de Nestor Garcia Canclini,

assim como o conhecimento científico não pode refletir a vida, tampouco a restauração, ou a museografia, ou a divulgação mais contextualizada e didática conseguirão abolir a distância entre realidade e representação. Toda operação científica ou pedagógica sobre o patrimônio é uma meta-linguagem, não faz falar as coisas, mas fala de e sobre elas. [...] O museu e qualquer política patrimonial devem tratar os objetos, os ofícios e os

costumes de tal modo que, mais que exibi-los, tornem inteligíveis as relações entre eles, proponham hipóteses sobre o que significam para a gente que hoje os vê e evoca. (1994, p. 113)

Tentei esboçar de forma bastante preliminar possibilidades que vislumbro no sentido do tornar o patrimônio objeto de investigação dos estudos históricos da educação, especialmente, buscando melhor compreendê-lo, retirando-o da naturalização, percebendo sua historicidade e seus múltiplos caminhos de apropriação social. Por outro lado, considero que somente sendo estudados, usados, criticados e desconstruídos poderão os patrimônios alcançar alguma relevância social.

Referências

- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.
- BANN, Stephen. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Unesp, 1994.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 95-140.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. *Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893/1971*. São Carlos: Edufscar, 2002.
- CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, Iphan, n. 23, p. 95-115, 1994.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.
- FABRIS, Annateresa (org.). *Fotografia: usos e funções no século 19*. São Paulo: Edusp, 1991.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FVG, v. 2, n. 2, 1988, p. 264-275.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 21-29.

- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre: Ufrgs, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.
- GOUVEIA, Maria Lucia. Políticas de preservação do patrimônio (três experiências em confronto: Inglaterra, Estados Unidos e França). In: MICELI, Sérgio; GOUVEIA, Maria. Alice. *Política cultural comparada*. Rio de Janeiro: Funarte/Idesp/Finep, 1985.
- HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, jul./dez. 2006, p. 261-273.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *Como explorar um museu histórico*. São Paulo: Museu Paulista/USP, 1992.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Rumo a uma história visual. In: MARTINS, José de Souza. ECKERT, Cornelia. NOVAES, Sylvia (org.). *O imaginário e o poético nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 2005, p. 33-56.
- MONARCHA, Carlos. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. IN: FREITAS, Marcos Cezar. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 97-136.
- POSSAMAI, Zita Rosane. Uma escola a ser vista: apontamentos sobre imagens fotográficas de Porto Alegre nas primeiras décadas do século 20. *História da Educação*, Pelotas: Asphe, v. 13, n. 29, p. 143-169, set./dez. 2009.
- POULOT, Dominique. *Musée, nation, patrimoine, 1789-1815*. Paris: Gallimard, 1997.
- QUADROS, Claudemir de. *As brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963)*. Santa Maria: UFSM, 2003.
- QUADROS, Claudemir de. *Marcas do tempo: imagens e memórias das brizoletas*. Santa Maria: Unifra, 2005.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

ZITA ROSANE POSSAMAI é doutora em História e professora no curso de Museologia e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Endereço: Avenida Paulo Gama, 110 - Faced/Ufrgs - 90001-970 -Porto Alegre - RS - Brasil.
E-mail: zitapossamai@gmail.com.

Recebido em 21 de abril de 2011.
Aprovado em 12 de setembro de 2011.